

POLÍTICA E LINGUAGENS: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA

POLITICS AND LANGUAGES: A DIACHRONIC ANALYSIS

*Danilo Motta de Macedo**

RESUMO: Este trabalho consiste em uma análise das transformações pelas quais o discurso político passou desde a Antiguidade Clássica, com estudos de retórica realizados por Aristóteles. Após verificar os postulados aristotélicos e suas transformações através do tempo, foram tomados dois exemplos da contemporaneidade como ilustração para a análise: a carta testamento de Getúlio Vargas (1954) e o discurso de posse de Fernando Henrique Cardoso (1995).

PALAVRAS-CHAVE: política, discurso, linguagem, retórica.

ABSTRACT: This work consists of an analysis of the transformation of political discourses since classical antiquity, with Aristotle's study of rhetoric. After examining Aristotle's hypothesis and its transformations throughout time, two examples were taken from contemporary life: the will of Getúlio Vargas (1954) and Fernando Henrique Cardoso's inaugural speech (1995).

KEYWORDS: politics, discourse, language, rhetoric.

* Jornalista e mestrando em Letras na Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. dmotta_2@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A política vem perdendo espaço no cotidiano da população brasileira desde o final da década de 1980, por conta, dentre outros fatores, da dificuldade que a maioria das pessoas encontra de se sentirem representadas pelo poder público. Segundo o Presidente Nacional do PDT e atual Ministro do Trabalho Carlos Lupi, “há um grande descrédito entre a população e os políticos brasileiros, principalmente porque os partidos e a política, como um todo, estão fora de sintonia com a realidade brasileira” (2007: 33). De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu (1989), tal *apolitismo* é, fundamentalmente, uma contestação do monopólio de representação que os políticos exercem, de forma parecida com a revolta religiosa contra o monopólio dos clérigos em outros tempos.

Este distanciamento entre a classe política e a população em geral reflete-se na fala dos políticos brasileiros. É através dos discursos que eles se manifestam e entram em contato com o eleitorado, interferindo de certa forma em sua vida cotidiana. Daí a importância da compreensão de tais construções linguísticas, que permitem a compreensão da própria sociedade posta em análise.

Entende-se, por discurso, toda prática expressiva de linguagem que vise à produção e à circulação social de sentido. É, portanto, a língua atualizada em um momento dado¹, por um determinado indivíduo, quer como fala (discurso oral), quer como escrita (discurso escrito), destinada a ser proferida a um determinado público. Pode-se dizer, assim, que é uma mensagem, na base de um código, que é a língua.

Neste estudo, considerar-se-á político “o indivíduo que trata ou se ocupa de cargos políticos” (FERREIRA, 1986: 1.358). São os agentes envolvidos no campo político – lugar onde se geram produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos e acontecimentos dos quais os cidadãos comuns participam (BOURDIEU, 1989: 164) – de uma determinada sociedade.

Com isso, o discurso político será tratado, neste trabalho, como a apropriação do idioma, sistema ideologicamente neutro, por pessoas que têm determinada posição ideológica a respeito do Estado. Assim, esta análise consistirá no estudo pormenorizado da produção linguística dos indivíduos ligados de alguma forma à vida pública, considerando aspectos da tradição clássica e sua evolução ao longo dos tempos.

Aristóteles, no livro *Retórica* (MESQUITA, 2006), dissecou o discurso em sua amplitude, ou seja, tanto em sua estrutura quanto em seu funcionamento. “A obra pode ser considerada uma espécie de síntese das visões que se acumulam em torno dos estudos retóricos, assim como um guia dos modos de se fazer um texto persuasivo” (CITELLI, 1995: 9).

A obra aristotélica será aprofundada adiante, assim como as alterações pelas quais passou o conceito de retórica.

1. A FUNÇÃO POLÍTICA DA LINGUAGEM

Roman Jakobson postula em seu livro *Linguística e comunicação* que a linguagem possui diferentes funções, que variam conforme a ênfase dada a cada elemento do discurso. “Qualquer ato de fala envolve uma mensagem e

¹ A expressão *atual* opõe-se à *virtual* que, em sua concepção filosófica, significa “aquilo que existe apenas em potência e não em ato” (LÉVY, 1999: 47), independente de qualquer coordenada espaçotemporal. Assim, um discurso (ou uma simples palavra) é sempre uma entidade virtual até que seja pronunciado – ou atualizado. Conforme postula Pierre Lévy, “a palavra em si, aquela que é pronunciada ou atualizada em certo lugar, não está em lugar nenhum e não se encontra vinculada a nenhum momento em particular”. Daí a utilização do termo “atualizada”.

quatro elementos que lhe são conexos: o emissor, o receptor, o tema (*topic*) da mensagem e o código utilizado” (JAKOBSON, 1977: 19).

Assim, “segundo esse consagrado lingüista, poderíamos, esquematicamente, distinguir seis funções básicas na linguagem verbal” (DINIZ, 1993: 43). A primeira delas é a *função referencial*, na qual a mensagem é centrada nas informações a serem transmitidas, com o objetivo de informar o receptor. A informação é apresentada de maneira objetiva, sem comentários ou juízo de valor.

Há também a *função expressiva*, em que a ênfase é dada ao próprio emissor. Assim, é a personalidade do autor que se manifesta através de suas opiniões particulares. É a função mais presente nos discursos políticos, uma vez que é a subjetividade do falante que se manifesta neste ato de fala. Assim,

com *eu* como assunto, a enunciação tem toda a confiança de uma manifestação em primeira pessoa (pensada com toda desconfiança em potencial de uma manifestação sobre si mesmo). Sua [...] autoridade é absolutamente clara, e se aparenta menos que evidente, é por causa de dúvidas acerca da honestidade do falante (HODGE; KRESS, 1993: 92, tradução minha).

Além disso, há a *função conativa* da linguagem, cuja ênfase é dada ao interlocutor. Comum nos textos em que o objetivo é o de persuadir o receptor da mensagem.

Mencionei a ênfase no tema (*topic*), no emissor e no receptor [...] Além disso, é ainda possível dar ênfase ou ao código ou à mensagem (JAKOBSON, 1977: 20).

A ênfase ao código, citada por Jakobson, é a chamada *função metalinguística* da linguagem. Nesta, utiliza-se do código (o idioma, por exemplo) para falar de si próprio. Em relação à ênfase na mensagem, esta se refere à *função poética* – aquela em que há predominância da forma da mensagem (que, neste caso, está posta em evidência) sobre o conteúdo informativo.

O linguista se preocupa em esclarecer, em seu livro, que a função poética não é exclusividade dos estudos de textos literários – principalmente sobre poesia: “O tema próprio das pesquisas sobre poesia não é outro senão a linguagem, considerada do ponto de vista de sua função predominante: a ênfase na mensagem. Esta função poética, entretanto, não se confina à poesia” (JAKOBSON, 1977: 21).

Por fim, Jakobson postula sobre a *função fática*, que representa uma facilitação ou reforço no envio da mensagem através do uso de determinados elementos destinados a chamar a atenção ou manter contato com o interlocutor. Neste caso, é o canal de comunicação que está sendo posto em destaque.

Anos mais tarde, surge, nos estudos linguísticos, uma sétima função atribuída à linguagem por Harold Laswell: a *função política*. “Distinguimos as várias funções da linguagem segundo as intenções de quem a usa e os efeitos que alcança. Quando o objetivo consiste em influenciar o poder – e efetivamente há algum impacto sobre este – estamos diante da função política da linguagem” (LASSWELL, 1979: 17).

Quando se estuda a política, um dos objetos de estudo é o poder. Este conceito – o de “poder” – pode ser considerado como a capacidade de deliberação² ou de controle³. “Daí ser a linguagem da política a linguagem do poder, a linguagem da decisão. É o grito de guerra, o veredicto e a sentença, são as normas, os decretos e regulamentos, o juramento de posse, as notícias controversas, os comentários e os debates” (LASSWELL, 1979: 18).

Assim, a função política da linguagem será priorizada no decorrer deste trabalho.

2. TRADIÇÃO CLÁSSICA E DIACRONIA

Em primeiro lugar, é necessário definir o que seria uma análise diacrônica de um objeto posto em estudo. A expressão foi utilizada pela primeira vez por Saussure, em seu *Curso de lingüística geral* (1969), para denominar o ramo da linguística que trabalha com as mudanças que ocorrem nas línguas através do tempo. “*Diacronia*, do grego *dia* ‘através’ e *chrónos* ‘tempo’, quer dizer ‘através do tempo’” (FIORIN, 2006: 79).

A partir desta definição, torna-se necessário retomar a origem dos estudos retóricos para entender como as formações discursivas foram se modificando com o passar dos séculos.

2.1. A ARTE DA RETÓRICA

² Vale lembrar que, no livro *Retórica* de Aristóteles, o termo *político* e *deliberativo* são semelhantes (MESQUITA, 2006: 104).

³ O economista Amartya Sen, por exemplo, afirma que “é difícil diferenciar ‘poder’ de ‘controle’ no seu uso ordinário” (SEN, 1992: 124).

A primeira aparição na cultura ocidental de uma reflexão sobre a linguagem enquanto “discurso” – e não apenas enquanto “língua” – dá-se nas obras *Arte poética* e *Arte retórica* de Aristóteles. O filósofo observou que os gregos de seu tempo se preocupavam não apenas em proferir seus discursos, mas “fazê-lo de modo convincente e elegante. [...] A disciplina que cuidava especialmente de buscar tal harmonia era a retórica” (CITELLI, 1995: 8).

O roteiro fornecido por Jean Voilquin e Jean Capelle na Introdução escrita por eles no livro de Aristóteles nos permite compreender melhor a estrutura da obra:

O livro I contém 15 capítulos. Após ter mostrado, nos capítulos I a III, as relações entre retórica e dialética e definido a retórica, Aristóteles [...] consagra os capítulos III a XIV ao estudo das provas técnicas; às provas extratécnicas (leis, contratos, juramentos), atribuirá apenas o capítulo XV do livro I. O livro II compreende duas grandes partes: nos capítulos I a XVII, Aristóteles estuda as provas morais e subjetivas, para retomar, nos capítulos XVII a XXVI, o exame das provas lógicas. O livro III é dedicado ao estudo da forma (VOILQUIN; CAPELLE *apud* CITELLI, 1995).

A retórica, em Aristóteles, é definida como

a capacidade de descobrir o que é adequado em cada caso com o fim de persuadir. Esta não é seguramente a função de nenhuma outra arte; pois cada uma das outras apenas é instrutiva e persuasiva nas áreas da sua competência; [...] mas a retórica parece ter, por assim dizer, a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada (MESQUITA, 2006: 95-96).

Assim, a retórica assume uma abordagem científica, na qual há um objeto e um método próprio de verificação. Diferente da ética, que estuda a natureza do que é considerado adequado e moralmente correto, o objetivo da retórica não é saber se o que está sendo dito é verdadeiro ou não: ela é analítica, pois procura saber quais são os mecanismos utilizados pelo falante para fazer algo (no caso, o discurso) ganhar a dimensão de verdade.

Na Idade Média, os estudos retóricos se voltavam majoritariamente para o discurso religioso. “Como o propósito dos sermões muitas vezes transcendia os limites imediatos da cerimônia ou da instrução religiosa, a oratória eclesiástica tem alguma relevância no estudo da política” (LASSWELL, 1979: 13).

Com o advento da imprensa na Europa, no século XVI, a partir da invenção de Gutenberg, os estudos retóricos passam a se voltar mais para o uso do texto impresso. A partir do século XIX, a retórica passa a ser estudada menos como as técnicas de organização do discurso e mais como o seu embelezamento. Este fato pode ser comprovado pela análise da própria definição do termo no *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*, onde é possível notar que quase todas as definições de “retórica” dizem respeito a aspectos formais:

Retórica. [Do gr. *rhetoriké* (subentende-se *téchne*), ‘a arte da retórica’, pelo latim *rhetorica*] S.f. **1.** Eloquência (4); oratória. **2.** Conjunto de regras relativas à eloquência (4). **3.** Tratado que encerra estas regras. **4.** Adornos empolados ou pomposos de um discurso. **5.** Discurso de forma primorosa, mas vazio de conteúdo. (FERREIRA, 1986: 1.501)

Já no século XX, duas invenções – a televisão e o rádio – fazem com que a voz e o gesto assumam, cada vez mais, um lugar de destaque nos estudos sobre discurso.

2.2. O DISCURSO NOS SÉCULOS XX E XXI

A partir do século XX, um político, para ter êxito em sua tentativa de estabelecer comunicação com o receptor e ter sua mensagem compreendida pelo maior número de pessoas possível, ele passa a atentar na linguagem usada por cada setor da sociedade que pretende atingir (empresários, moradores de favelas, operários ou estudantes, por exemplo), como assinala o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso: “A comunicação hoje é cada vez mais segmentada. Os políticos têm o hábito de falar em geral, para todo mundo. É necessário que fale de questões mais amplas, sem dúvida, mas é importante, também, que fale para públicos mais específicos” (2006: 143).

Sem que tome cuidado para ser entendido, tanto na forma quanto no conteúdo, é pouco provável que o político tenha sucesso em seu ato de fala. Entretanto, o assunto a ser tratado passou, principalmente a partir do último quartel do século XX, a adquirir, ainda, uma importância muito maior que a forma como tal informação seria transmitida.

Falatório de muita forma e pouca substância não funciona mais. Quando a pessoa fala com muito palavreado, ela não se comunica direito. O que vale mesmo é sair do palavrório talhado para puxar palmas e tratar de convencer as pessoas daquilo que acha certo, de transmitir com clareza o que pensa (CARDOSO, 2006: 46).

É possível observar que esta renovação formal do discurso – tornando-se mais direto e objetivo – começou a ser implementada em maior escala pelos políticos a partir da década de 1960. Vladimir Palmeira, um dos líderes estudantis de 1968 e candidato ao Governo do Estado nas eleições de 2006 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), afirma que tal movimento foi um dos responsáveis pela inovação da linguagem e do discurso de muitos políticos de hoje:

A princípio, no conteúdo: o que havia para ser dito resumia a tais e tais assuntos e pronto. Depois, inovamos na forma: tínhamos um discurso claro, enxuto, com início, meio e fim, sem lugar para ‘firulas’. Pensávamos: “Qual é a reivindicação? As anuidades. O que temos que denunciar? Os Estados Unidos e a Ditadura”, então lá vai: “A política do governo é a dos Estados Unidos, que mandam na ditadura; querem privatizar a universidade! Abaixo a ditadura!” e ponto final, estava dado o recado (DIRCEU; PALMEIRA, 2003: 60).

Com a proximidade do final do século XX, pôde ser verificada uma redução gradativa no interesse da população brasileira em relação à política. Esse desinteresse é observado principalmente na redução do número de pessoas nos comícios – que é o espaço onde os políticos podem entrar em contato direto com o eleitorado – e nos altos índices de abstenção nas urnas, ultrapassando os 20% no estado do Rio de Janeiro nas eleições presidenciais de 1998⁴.

Em relação ao esvaziamento dos comícios, o vereador niteroiense Felipe Peixoto (PDT), responsável pela maior votação recebida por um vereador na história do município no pleito de 2008, faz a seguinte afirmação, em entrevista concedida em maio de 2007 (anexo):

O discurso na rua, a cada dia que passa, fica mais prejudicado porque a população de hoje é diferente da década de 80 e início de 90, que tinha um apelo nos discursos – a gente via as campanhas eleitorais mobilizando multidões, fruto da campanha das Diretas e dos grandes comícios que nós tínhamos na Cinelândia.

A jornalista Cremilda de Araújo Medina atribui a participação massiva da população nos grandes comícios dos anos 1980, aos quais Peixoto se refere, à insatisfação do povo com os meios de comunicação de massa da época:

⁴ Dados do Tribunal Regional Eleitoral. Disponíveis em: <www.tre-rj.gov.br>. Acesso em: 02 mar. 2008.

Se nas campanhas da “Diretas Já” os movimentos populares manifestaram, na rua, seu descontentamento com os meios de comunicação coletiva no Brasil, é porque tinha explodido nos comícios, nas passeatas, a voz atrofiada de milhões de pessoas; havia um novo canal em expansão – a rua (2004: 23).

Com este esvaziamento dos comícios, a retórica torna-se ainda mais importante, principalmente se for considerado que o IBGE verificou, em 2002, que 26% da população com 15 anos ou mais são analfabetos funcionais⁵. Tendo em vista esta informação, é fácil compreender o motivo da valorização da cultura oral em detrimento da escrita em nosso país. Este é um dos principais motivos para a tamanha disputa dos partidos e candidatos ao espaço destinado a cada um deles no horário eleitoral gratuito de rádio e, principalmente, de televisão, como será mostrado a seguir.

3. VARGAS, COMUNICAÇÃO E CULTURA

Uma das características mais marcantes da Era Vargas (1930-45 e 1950-54) era a intervenção do Estado em muitos setores da sociedade. No plano cultural, o governo revolucionário de 1930 renovou a educação e dinamizou a cultura brasileira. Entretanto, em decorrência da instalação de um regime autoritário, verificou-se o exercício do controle de informações na sociedade brasileira.

Primeiro, o Governo Provisório regulamenta, em 1932, os serviços de radiodifusão. Dois anos mais tarde, foi criada a nova Lei de Imprensa, que instituiu a liberdade de expressão e nacionalizava a comunicação, proibindo a participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas brasileiras. Com o Estado Novo, decretado em 1937, cerceia-se direito à liberdade de expressão, conferindo o seguinte texto à Lei:

Todo cidadão tem direito de manifestar seu pensamento, oralmente ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. A Lei pode prescrever: a) com fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão e a representação (Carta de 10 de novembro de 1937, Art. 122. *apud* PINTO, 2003: 50).

⁵ Dados disponíveis em: <www.ibge.org.br/#>. Acesso em: set. 2007.

A simples conferência deste artigo já permite observar o alto grau de intervenção do Estado Novo nos meios de comunicação e na produção cultural nacional. Getúlio, entretanto, vai adiante, criando o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão governamental de difusão e de controle ideológico da informação.

Apesar do regime, verificou-se no período a consolidação da imprensa, no sentido empresarial e comercial. O desenvolvimento dos meios de transporte – principalmente do avião – permitiu a melhor distribuição de jornais e revistas por todo território nacional, rompendo, assim, com as características regionalistas que os impressos apresentavam. Entretanto, como as empresas de comunicação e os próprios jornalistas tinham que possuir registro no DIP, era quase impossível o surgimento de um veículo de oposição – ao contrário do que se verifica na fase populista de Vargas iniciada em 1950.

Alguns outros pontos específicos merecem ser ressaltados neste momento histórico. O primeiro é o surgimento da imprensa negra como uma das primeiras manifestações da consciência desta parcela da população após a abolição da escravidão. Outros aspectos relevantes são o advento do cinema e a difusão das histórias em quadrinhos – veículos que associam linguagens verbais e não-verbais.

3.1. DISSECANDO A CARTA TESTAMENTO

A Carta Testamento de Getúlio foi um dos documentos mais importantes produzidos na história contemporânea. Em sua construção, é possível observar que se mesclam alguns traços da retórica clássica com outros da modernidade.

Na *Arte retórica*, Aristóteles postula sobre quatro partes componentes da estrutura do texto. São elas: o exórdio (começo do discurso; quando há indicação do assunto e apresentação do orador), narração (desenvolvimento do assunto; quando os fatos são desenrolados), provas (quando o narrador procura comprovar o que vem sendo abordado; mais significativa na retórica judiciária) e peroração (ou conclusão). No texto de Vargas, pode-se perceber que a arrumação do texto segue a estrutura aristotélica, com exceção do exórdio, que foi excluído por motivos que serão explicitados adiante.

Segue o texto na íntegra:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim^A. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a

minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes.

Sigo o destino que me é imposto^B. Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci^C. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social^D. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre.

Não querem que o povo seja independente. ^EAssumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruíu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas de mais de 100 milhões de dólares por ano^F. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia, a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora^G, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo, que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar, a não ser meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida.

Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater à vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota de meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência^H. Ao ódio respondo com o perdão.

^IE aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida.

Agora vos ofereço a minha morte. Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História. – Rio de Janeiro, 23/08/54 – Getúlio Vargas⁶.

A – Vargas foge da estrutura Aristotélica ao iniciar seu discurso por ser dispensável, neste caso, o uso do exórdio, uma vez que poderia ser considerado redundante, já que, em uma carta testamento, já são óbvios os motivos da carta (a morte do autor) e o público a quem o texto se destina.

B – Deste trecho em diante, o presidente Getúlio Vargas começa o período da narração. Encontram-se, neste trecho, características do discurso oral: uso mais frequente de orações coordenadas que subordinadas; predominância de frases curtas e pouco uso de voz passiva⁷ (KOCH, 2006: 77). Isto se verifica, principalmente, porque o público-alvo da carta testamento são pessoas de baixa renda e, conseqüentemente, baixa escolaridade. Assim, aproximando o texto impresso da oralidade, o discurso passa a ser melhor compreendido pelo receptor.

C – O uso da forma verbal *fiz*, acompanhada do pronome reflexivo (“*fiz-me* chefe de uma revolução”), é justificada pelo fato de haver, na época, outros personagens no cenário político que poderiam ter liderado tal revolução. Conforme ressalta Darcy Ribeiro: “Getúlio foi o líder incontestado da Revolução de 1930, que bem poderia ter sido comandada por Prestes, se ele não recusasse, ou por Siqueira Campos, se não morresse na véspera” (1994: 5).

D – Eufemismo utilizado para se referir à ditadura do Estado Novo. Este recurso também era usado na ditadura de 1964, em que o Golpe Militar era chamado, pelos próprios militares, de Revolução Democrática.

E – Neste parágrafo o presidente inicia o período de Provas, em que os elementos sustentadores do discurso são apresentados e se inserem determinados elementos capazes de gerar persuasão.

F – Segundo Othon Moacyr Garcia, a argumentação sustenta-se também na evidência dos fatos. Assim, justifica-se a utilização de valores numéricos no discurso de Vargas uma vez que “dados estatísticos são também fatos, mas fatos específicos. Têm grande valor de convicção, constituindo quase sempre prova ou evidência incontestável” (GARCIA, 1980: 383).

⁶ Disponível em: <www.ptb.org.br>. Acesso em: nov. 2007.

⁷ Há uma única frase em que esta estrutura é utilizada: “A Eletrobrás *foi obstaculada* até o desespero”.

G – Vargas utiliza-se novamente de uma figura de linguagem, desta vez a gradação, que “consiste em dispor as idéias em ordem crescente ou decrescente de importância” (GARCIA, 1980: 283). No caso, a ordenação gradativa é decrescente. O uso de figuras de linguagem é um traço característico da retórica moderna.

H – A interpelação direta do leitor é também um recurso persuasivo bastante comum e usado com frequência por Getúlio Vargas.

I – Neste trecho, o presidente começa o período da Peroração, que, “pelo caráter finalístico e em se tratando de um texto persuasivo, está aqui a última oportunidade para se assegurar a fidelidade do receptor, portanto, mais um importante momento no interior do texto” (CITELLI, 1995: 12).

4. FHC: CAMPANHA E POSSE

A comunicação política por meio da televisão, como já foi dito, é de grande importância tanto para o sucesso de uma candidatura a um cargo eletivo quanto para a compreensão do processo político eleitoral. Alguns autores chegam a afirmar que o Horário Eleitoral Gratuito (HEG) contribuiu mais para tal entendimento que os próprios telejornais, uma vez que estes tratam o processo de forma mais trivial – abordando mais o dia-a-dia da campanha, as pesquisas eleitorais e a agenda de cada candidato em vez de abordar questões subjetivas e programas de governo, por exemplo (GUAZINA; PORTO, 1998: 5). Considerando-se esta abordagem, torna-se compreensível a constatação de pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB) de que nas nove principais regiões metropolitanas do Brasil⁸ a média de audiência do HEG de 1994 foi de 56,1% (GUAZINA; PORTO, 1998: 7). Ou seja, mais da metade dos televisores nas regiões mais importantes do país estavam ligados no horário do programa.

Neste ponto, serão analisados os discursos da campanha do então candidato Fernando Henrique Cardoso e, em seguida, o de sua posse.

4.1. APELOS DISCURSIVOS E CAMPANHA ELEITORAL

O professor Richard Joslyn, especialista em Comportamento Eleitoral e Opinião Pública, da Temple University, define alguns tipos de “apelos” que podem ser verificados nos discursos dos candidatos em maior ou menor grau (*apud* GUAZINA; PORTO, 1998: 8-10). São eles:

⁸ Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Florianópolis, Curitiba, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Distrito Federal.

a) *Políticas Futuras*: propostas ou planos de governo apresentados pelos candidatos, em seus programas. Podem ser políticas concretas (como a especificação do total de verbas que serão destinadas para a saúde) ou gerais (como quando o candidato fala sobre a erradicação do analfabetismo, mas não especifica como). Este foi o apelo mais utilizado por Fernando Henrique durante sua campanha, que trabalhou fortemente as cinco metas de governo – educação, saúde, emprego, segurança e agricultura – através do uso da imagem de uma mão espalmada. Tal ênfase no plano de governo foi de grande contribuição para sua vitória nas eleições presidenciais.

b) *Políticas Passadas*: realizações do candidato enquanto fez parte de algum governo. Este foi um dos apelos menos utilizados por FHC durante o HEG, fato que ele mesmo buscou justificar: “Por quê? Porque quando se entra em clima de eleição, a população geralmente olha o futuro. Não olha o passado. Dizer ‘eu fiz tal coisa’, não tem a menor importância; você fez no passado, já foi, não interessa mais. Você tem que dizer o que você vai fazer” (2006: 149).

c) *Atributos Pessoais*: características ou qualidades pessoais do candidato. Apelo pouco utilizado durante a campanha. Suas características mais ressaltadas foram preparo, seriedade e liderança. Tais qualidades eram apresentadas principalmente pelos *jingles*⁹ da campanha. Neste ponto, cabe ressaltar que Fernando Henrique foi o candidato que mais utilizou o recurso musical na campanha (15% de seu tempo no HEG foi dedicado aos *jingles*), mas “não só em termos do tempo dedicado a eles, mas também em termos da grande variedade de músicas apresentadas, em um total de 22” (GUAZINA; PORTO, 1998: 14).

d) *Partisão*: apelo que vincula o candidato a determinadas personalidades, partidos ou movimentos sociais. Neste sentido, Fernando Henrique se associa às campanhas das Diretas Já, às greves do ABC nos anos 70 e à campanha contra a fome, além de personalidades como Juscelino Kubitschek e Itamar Franco. Este ponto pode ser verificado no discurso de posse de FH, no qual ele se refere ao governo de Itamar como os “dois bons anos que acabamos de ter”¹⁰, chegando a dizer: “No momento em que deixa o governo cercado da estima que fez por merecer, agradeço em nome da Nação a Itamar Franco pelas oportunidades que nos proporcionou.”

⁹ Mensagem publicitária na forma de música geralmente simples e cativante, fácil de cantar e de recordar (BARBOSA; RABAÇA, 2001: 402).

¹⁰ Discurso de Posse de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: <<http://www.massae-poder.com.br>>. Acesso em: 13 dez. 2007.

Em relação à importância do apelo Partisão na campanha eleitoral, cabe salientar que foram recolhidas 150 assinaturas de intelectuais e artistas apoiando a candidatura de Fernando Henrique, com apoio de nomes como Dias Gomes e Jorge Amado.

e) *Ideológico*: relação do político com classificações como “direita”, “esquerda”, “socialista” e outras. O candidato não se utilizou, em nenhum momento, deste apelo durante a campanha.

f) *Simbólico*: remissão a valores culturais, mitos, ideais e outros elementos. “Os aspectos simbólicos mais trabalhados pelo candidato foram: união, a ‘grande nação’, otimismo, confiança no país, a valorização do povo (‘gente em primeiro lugar’), prosperidade, estabilidade, orgulho de ser brasileiro” (GUAZINA; PORTO, 1998: 13).

Apesar de haver afirmado que “a linguagem de massa é simbólica” (CARDOSO, 2006: 142), este apelo também foi pouco usado pelo ex-presidente durante a campanha.

Após estudar a campanha eleitoral vitoriosa de Fernando Henrique Cardoso resta analisar o discurso de posse do ex-presidente.

4.2. DISCURSO DE POSSE

Em sua fala inaugural, Fernando Henrique Cardoso segue uma estrutura bastante tradicional. Inicia sua fala pelo vocativo e, em seguida, utiliza-se do apelo Simbólico:

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional;
Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República;
Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros;
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados;
Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal;
Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras;
Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa;
Excelentíssimos Senhores Senadores,
Excelentíssimos Senhores Deputados,
Altas Autoridades da República,
Senhoras e Senhores,
Venho somar minha esperança à esperança de todos neste dia de conagração.

A posse do presidente da República é tradicionalmente coberta pela maioria dos veículos de comunicação, por este motivo, Fernando Henrique

utiliza o apelo Simbólico logo no início de seu discurso. Conforme dito acima, o ex-presidente considera ser “simbólica” a linguagem das massas.

Logo em seguida, o presidente inicia a narração de fatos relativos à história do Brasil, que passa pela Independência:

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo.

Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos ‘tenentes’ revolucionários da Velha República.

até chegar ao governo de seu antecessor, Itamar Franco:

Recuperamos a confiança no desenvolvimento.

Não é mais uma questão de esperança, apenas.

Nem é euforia passageira pelos dois bons anos que acabamos de ter.

O próximo passo de FH é realizar uma análise de conjuntura. Neste ponto, assim como no apelo de Políticas Futuras utilizado na campanha, Fernando Henrique volta a reivindicar para si a autoria do Plano Real e a responsabilidade pelo controle da inflação: “Ao escolher a mim para sucedê-lo [Referindo-se a Itamar], a maioria absoluta dos brasileiros fez uma opção pela continuidade do Plano Real, e pelas reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação.”

As reformas às quais se refere são a da Previdência e uma série de privatizações, como da telefonia brasileira, de diversas rodovias e bancos estaduais. Com estas reformas, acreditava-se haver uma ruptura com o modelo econômico de Getúlio Vargas.

Seguindo em sua análise da conjuntura, Fernando Henrique cita a importância dos investimentos nas forças armadas e avalia a nova ordem mundial, vigente desde a queda do muro de Berlim, em 1989.

No mundo pós-Guerra Fria, a importância de países como o Brasil não depende somente de fatores militares e estratégicos, mas sobretudo da estabilidade política interna, do nível geral de bem-estar, dos sinais vitais da economia – a capacidade de crescer e gerar empregos, a base tecnológica, a participação no comércio internacional – e, também, de propostas diplomáticas claras, objetivas e viáveis.

Se durante a Guerra Fria havia dois polos políticos e econômicos (EUA e URSS), a nova ordem é multipolar, com a ascensão de economias como

as do Japão, China e União Europeia. Assim, o presidente diz que irá “apresentar os velhos dilemas ideológicos e as velhas formas de confrontação, e enfrentar os temas que movem a cooperação e o conflito entre os países nos dias de hoje”, condenando, de certa forma, o uso do apelo Ideológico nos discursos políticos.

Fernando Henrique cita, ainda, dois aspectos consideráveis: desigualdade e desenvolvimento. Em um primeiro momento, ele aborda as desigualdades entre as regiões e afirma que o desenvolvimento pautado apenas na produção de bens materiais não representa o fim das desigualdades: “O verdadeiro grau de desenvolvimento se mede pela qualidade da atenção que um país dá à sua gente./ À sua gente e à sua cultura.”

A seguir, o presidente ilustra o que considera essa atenção dada “à gente” do país:

E se jogará por inteiro no grande desafio que é do Brasil e não apenas desta ou daquela região, que é de todos e não apenas dos excluídos, de diminuir as desigualdades até acabar com elas.

Acesso aos hospitais, respeito no atendimento, eliminação das esperas desnecessárias, combate ao desperdício e às fraudes são elementos tão indispensáveis à boa gestão da saúde quanto a existência de verbas adequadas.

[...] A escola precisa voltar a ser o centro do processo de ensino.

[...] Para dar o salto que se impõe no limiar do novo milênio, não podemos mais conviver com o analfabetismo e o semi-analfabetismo em massa.

Assim, definindo os espaços de igualdade em que pretende atuar – saúde, educação, entre outros – o presidente responde a questão “igualdade de quê”, proposta pelo economista Amartya Sen (2001). Segundo ele,

as vantagens e desvantagens que umas pessoas têm, comparadas umas às outras, podem ser julgadas em termos de muitas variáveis diferentes, p. ex., suas respectivas rendas, riquezas, utilidades, recursos, liberdades, direitos, qualidade de vida e assim por diante (2001: 51).

Encaminhando-se para o término do discurso, Fernando Henrique convoca a população a apoiar seu programa apresentado durante a eleição, abolindo o personalismo que, segundo Sérgio Buarque de Holanda (2002), é intrínseco à população brasileira: “O apoio mais importante, na verdade,

não é ao governo nem à pessoa do Presidente. É o apoio que formos capazes de dar uns aos outros, como brasileiros, e o apoio de todos ao Brasil.”

No discurso apresentado, é desnecessário o período de provas, tendo em vista que a própria eleição do presidente já demonstra que houve confiança no candidato por parte da população. Assim, pode-se afirmar que o discurso de campanha foi suficientemente persuasivo, tornando-se dispensáveis as provas durante o pronunciamento de posse.

Por fim, para assegurar a fidelidade do receptor até o final, Fernando Henrique faz referência a diferentes grupos sociais – mulheres, negros e indígenas – e escolhe, como suas últimas palavras,

A todos os cidadãos e cidadãs deste nosso Brasil, aos quais peço, mais uma vez, muita fé, muita esperança, muita confiança, muito amor, muito trabalho.

Eu os convoco para mudar o Brasil.

Muito obrigado,

e, com tal convocação, encerra o pronunciamento tentando colocar o receptor ao seu lado.

CONCLUSÃO

Após análise dos discursos de dois presidentes de visões políticas praticamente antagônicas, pode-se observar que, diferente do de Getúlio Vargas, o discurso de Fernando Henrique se aproxima da estrutura apresentada por Aristóteles. Isto acontece em decorrência de diversos fatores. O principal deles pode ser a própria ocasião em que os textos são apresentados. Vargas escreve sua carta testamento em uma situação de tensão, em sua residência. O discurso de Fernando Henrique, por sua vez, foi redigido para ser lido em uma solenidade de posse, que consiste em um evento bastante formal e em um momento de grande otimismo. Isto se reflete, obviamente, na diferença de linguagem entre os dois exemplos discursivos tomados.

Foi visto que uma das formas de gerar persuasão é a de se colocar ao lado do ouvinte, e este recurso é utilizado por ambos. Quando Vargas afirma que “quando vos humilharem, sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado”, procura buscar uma identificação com os leitores. Já Fernando Henrique diz, em seu discurso, “que ninguém duvide: estarei ao lado da maioria”, buscando a confiança do receptor, em vez de se identificar com ele.

Outro ponto de convergência entre os discursos analisados é a necessidade de demonstrar serenidade frente a situações adversas. Fernando Henrique, em um determinado trecho, afirma que governará para a maioria “com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza”. Esta escolha pode ter sido feita para que esta parte do discurso não parecesse uma afronta à elite econômica brasileira: “Vou governar para todos. Mas, se for preciso acabar com privilégios de poucos para fazer justiça à imensa maioria dos brasileiros, que ninguém duvide: eu estarei ao lado da maioria./ Com serenidade, como é do meu feitio, mas com firmeza.”

Vargas, por sua vez, refere-se à serenidade para demonstrar resignação: “Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História.”

Apesar da aproximação entre os dois ex-presidentes verificada em diferentes pontos, podem ser encontradas profundas divergências – não só nas estruturas linguísticas, mas também em aspectos políticos e ideológicos propriamente ditos. Primeiramente no que diz respeito à abordagem de fatos históricos nos textos estudados. Vargas refere-se quase exclusivamente aos acontecimentos de seus dois governos. Faz uma única citação referente a algo anterior à sua chegada à Presidência: “Depois de décadas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci.”

Trata-se apenas de uma breve análise da conjuntura política e econômica no período em que chegou ao poder. Diferentemente, Fernando Henrique faz alusão a fatos bastante anteriores ao governo Itamar – o primeiro do qual fez parte: “Vem de longe a chama deste sonho. Vem dos heróis da Independência. Vem dos abolicionistas. Vem dos ‘tenentes’ revolucionários da Velha República.”

Tal amplitude da abordagem histórica de Fernando Henrique faz com que ele cite, inclusive, eventos liderados por Vargas, como, por exemplo, a campanha pela nacionalização do petróleo, que acarretou na criação da Petrobrás. Mesmo assim, o nome de Getúlio não é citado diretamente em nenhum momento no discurso de posse:

Para os estudantes que jogavam, como eu, todo o seu entusiasmo nessas lutas, petróleo e industrialização eram o bilhete de passagem para o mundo moderno do pós-guerra. Asseguravam um lugar para o Brasil no carro do progresso tecnológico, que acelerava e ameaçava nos deixar na poeira.

A participação do capital estrangeiro na economia brasileira constitui um dos principais pontos de divergência entre os dois ex-presidentes.

Vargas refere-se aos investimentos exteriores como “domínio e espoliação dos grupos econômicos internacionais”. Fernando Henrique mostra-se mais receptivo à economia globalizada: “Rapidamente, no ritmo veloz das comunicações e da abertura da economia brasileira, estamos deixando para trás atitudes xenófobas, que foram mais efeito do que causa do nosso relativo fechamento no passado.”

O grande contraste entre os dois ex-presidentes é justamente a questão das estatais. Vargas se vangloria de ter criado a Petrobras e a Eletrobrás, enaltecendo as duas empresas. Fernando Henrique, ao contrário, refere-se em quatro momentos diferentes a reformas que, mais tarde, seriam concretizadas, dentre outros modos, na forma de privatizações.

Assim, no estudo dos dois períodos históricos apresentados neste trabalho, foi levado em consideração apenas um discurso proferido em cada época e, mesmo assim, pôde-se traçar um quadro político bastante preciso. A importância dos estudos voltados para o discurso político reside, portanto, em reconstruir fatos políticos através da interpretação da produção linguística amparada em uma contextualização histórica deste mesmo fato para melhor compreensão da sociedade da época que está sendo estudada.

ANEXO

ENTREVISTA COM O VEREADOR NITEROIENSE FELIPE PEIXOTO (PDT), CONCEDIDA EM MAIO DE 2007

Danilo Motta: A primeira questão é quanto à preparação dos discursos. Quando vai falar, você mesmo o prepara ou é algum assessor que prepara os seus discursos?

Felipe Peixoto: Na verdade eu não tenho a prática de fazer discurso escrito e fazer a leitura do discurso. Normalmente eu junto documentos, materiais e legislações. O discurso, na verdade é de improviso, e a assessoria trabalha no sentido de juntar a documentação e o material necessário para que eu possa fazer o discurso.

DM: E hoje em dia você acha que algum político é capaz de vencer a eleição só com o discurso de rua, com comícios, ou acha que precisa de algo mais na campanha?

FP: Eu costumo dizer que o resultado da eleição é um conjunto de ações. O discurso na rua, a cada dia que passa, fica mais prejudicado porque a população é diferente da década de 80 e início da década de 90, que tinha um apelo nos discursos – a gente via as campanhas eleitorais mobilizando multidões, fruto da campanha das diretas, das grandes eleições presidenciais, dos grandes comícios que nós tínhamos na Cinelândia. Lamentavelmente, a população hoje ficou descrente e os comícios viraram showmícios. E mesmo tendo showmícios, com a proibição da legislação eleitoral deste tipo de atividade – que a população não ia para participar de comício nenhum, a população ia para assistir o *show*, ou era uma reunião de encaminhamento de cabos eleitorais – eu costumo dizer que hoje, a cada dia que passa, ele só se resume a você fazer um trabalho de contato direto com o eleitor, através de panfletagem, dos minidiscursos, dos discursos rápidos, da participação de reuniões em clubes, ambientes fechados, escolas, a participação de debates, e, a cada dia que passa, mais a utilização de ferramentas de comunicação, de publicidade e propaganda. Apesar do quê, a população já está vendo esse excesso de publicidade e propaganda meio atravessado, por entender que alguns candidatos não passam de factoides, de um produto cuja consistência realmente é pequena. Então, eu acredito que a campanha, a cada dia que passa, fica mais difícil por conta desses fatores todos. E hoje em dia a gente tem um instrumento relativamente novo, que a gente já vem utilizando há

quase uma década, que é a internet, através de *sites* de relacionamentos e através de páginas pessoais. Eu particularmente trabalho muito na internet. Desde a minha primeira eleição eu a uso bastante, que é uma forma gratuita de se fazer contatos, além da mala-direta e das formas tradicionais de fazer contato com o eleitor.

DM: Como o senhor afere os efeitos do seu discurso? Através da vibração da plateia, de comentários posteriores...

FP: Nós temos aqui a TV Câmara, que as pessoas costumam assistir em casa, e a gente recebe, às vezes, alguns *e-mails*, as pessoas nos encontram na rua, comentam a respeito da nossa atuação parlamentar. O próprio pessoal do gabinete acompanha o trabalho. A gente costuma fazer uma autocrítica em relação ao discurso. Até porque eu não tenho uma facilidade muito grande da oratória – não é um dom meu – então toda apresentação, todo discurso a gente costuma fazer uma autoavaliação, uma reflexão. É uma coisa que a gente costuma fazer permanentemente.

DM: E qual o melhor meio para atingir a população, o eleitorado?

FP: É o que eu falei, acho que é o conjunto. A cada dia que passa a internet é mais um instrumento, a imprensa é importante, mas o trabalho, além dessas coisas todas, é o contato direto com o leitor, seja através de informativos, correspondências, prestação de contas de mandatos, de casa em casa sendo entregue à população; seja na rua, em contato direto com o eleitor, que é uma coisa que eu cultivo bastante e que eu acho a forma mais eficaz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Gustavo Guimarães; RABAÇA, Carlos Alberto. *Dicionário de comunicação*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Cartas a um jovem político*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1995.

DINIZ, Julio Cesar Valladão. *Estudo de textos literários*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1993.

DIRCEU, José; PALMEIRA, Vladimir. *Abaixo a ditadura*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: Garamond, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à lingüística I: objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2006.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

GUAZINA, Liziane Soares; PORTO, Mauro Pereira. A política na TV: o horário eleitoral da eleição presidencial de 1994. *Contracampo: Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, Niterói: Instituto de Artes e Comunicação Social, v. 3, 1998.

HODGE, Robert; KRESS, Gunter. *Language as Ideology*. New York: Routledge, 1993.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. In: SANTIAGO, Silvano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. 3.

JAKOBSON, Roman. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1977.

KOCH, Ingedore, Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

LASSWELL, Harold Dwight. *A linguagem da política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LUPI, Carlos. A juventude e o futuro do PDT. *Cadernos da Juventude*, v. 1, 2007.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

MESQUITA, Antônio Pedro (Coord.). *Obras completas de Aristóteles – Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006. v. 8, t. 1.

PINTO, Virgílio Noya. *Comunicação e cultura brasileira*. São Paulo: Editora Ática, 2003.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa herança política*. S.l.: Partido Democrático Trabalhista, 1994.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.

SEN, Amartya Kumar. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.